



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS



Documento Assinado Digitalmente por: ANTONIO MANOEL DA SILVA, TIAGO WALDENIO DE GOES GUIMARAES
Acesse em: <https://etc.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc;seam> Código do documento: de7f0e2-6a58-4610-bcd5-dadfe7d09723

ANEXO XX

DEMONSTRATIVO DE ACOMPANHAMENTO DAS DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES EMITIDAS PELO TCE/PE EM PARECER PRÉVIO
(RESOLUÇÃO TC Nº 300, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2025.)

Determinação/Recomendação	Situação	Ações	Justificativa
Exercício 2022 (Processo TC nº: 23100714-0) Elaborar a Lei Orçamentária Anual apresentando conteúdo que atenda aos requisitos exigidos pela Constituição Federal e à Lei de Responsabilidade Fiscal;	Implementado		
Exercício 2022 (Processo TC nº23100714-0) Fortalecer o controle sobre os procedimentos de registro dos fatos administrativos que têm repercussão no patrimônio do Município, de modo que atendam às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade;	Implementado		
Exercício 2022 (Processo TC nº: 23100714-0)			



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS



Documento Assinado Digitalmente por: ANTONIO MANOEL DA SILVA, TIAGO WALDENIO DE GOES GUIMARAES
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: de7c10e2-6a58-4610-bcd5-dadfe7d09723

Implementar as alíquotas de contribuição sugeridas pela avaliação atuarial para garantir que as receitas previdenciárias sejam suficientes para cobrir as Obrigações futuras;	Implementado		
Exercício 2022 (Processo TC nº: 23100714-0) Assegurar que todas as contribuições previdenciárias devidas ao RPPS sejam devidamente reconhecidas na contabilidade municipal, evitando omissões que comprometam a transparência financeira;	Implementado		
Exercício 2022 (Processo TC nº: 23100714-0) Regularizar o recolhimento das contribuições patronais suplementares, assegurando que todos os valores devidos sejam integralmente repassados ao RPPS;	Implementado		
Exercício 2022 (Processo TC nº: 23100714-0) Assegurar a manutenção e o aperfeiçoamento da Transparência Pública Municipal.	Implementado		



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS



Documento Assinado Digitalmente por: ANTONIO MANOEL DA SILVA, TIAGO WALDENIO DE GOES GUIMARAES
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: de7ef0e2-6a58-4610-bcd5-dadfe7d09723

<p>Exercício 2024 PROCESSO TCE-PE Nº 25100579-3 Efetuar a arrecadação das receitas previstas decorrentes de créditos da Dívida Ativa;</p>			
<p>Exercício 2024 PROCESSO TCE-PE Nº 25100579-3 Assegurar a consistência das informações sobre receitas e despesas municipais prestadas aos órgãos de controle Federal e Estadual;</p>	Implementado		
<p>Exercício 2024 PROCESSO TCE-PE Nº 25100579-3 Elaborar o cronograma financeiro que mais se aproxime da realidade, efetuando um planejamento mensal apropriado ao histórico de desembolsos financeiros do município</p>	Implementado		
<p>Exercício 2024 PROCESSO TCE-PE Nº 25100579-3 Evitar o envio de projeto de lei orçamentária ao Poder Legislativo contendo autorização desarrazoada para abertura de créditos adicionais, o que pode afastar o Legislativo do processo de autorização de significativas mudanças no orçamento municipal ao longo de sua execução;</p>	Implementado		



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS



Documento Assinado Digitalmente por: ANTONIO MANOEL DA SILVA, TIAGO WALDENIO DE GOES GUIMARAES
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: de7f0e2-6a58-4610-bcd5-dadfe7d09723

<p>Exercício 2024 PROCESSO TCE-PE N° 25100579-3 Efetuar memória de cálculo para a obtenção do valor disponível para a abertura de créditos adicionais, cuja fonte de recursos seja o excesso de arrecadação em conformidade com o art. 43, § 3º, da Lei Federal nº 4.320/1964, registrando tais informações nos demonstrativos elaborados para a prestação de contas;</p>	Implementado		
<p>Exercício 2024 PROCESSO TCE-PE N° 25100579-3 Fortalecer o sistema de registro contábil, procedendo ao registro das provisões matemáticas previdenciárias de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), neste caso aplicando a NBC-T nº 17- Demonstrações Contábeis</p>	Implementado		
<p>Exercício 2024 PROCESSO TCE-PE N° 25100579-3 Aprimorar o controle contábil por fontes/destinação de recursos a fim de</p>	Implementado		



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS



Documento Assinado Digitalmente por: ANTONIO MANOEL DA SILVA, TIAGO WALDENIO DE GOES GUIMARAES
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: de7f0e2-6a58-4610-bcd5-dadfe7d09723

que sejam obedecidos os saldos de cada conta, evitando, assim, a realização de despesas sem lastro financeiro, de modo a preservar o equilíbrio financeiro e fiscal do Município			
Exercício 2024 PROCESSO TCE-PE N° 25100579-3 Exercer medidas de controle voltadas a melhorar a capacidade de pagamento dos compromissos de curto prazo e prevenir a assunção de compromissos quando inexistirem recursos para lastreá-los, evitando a inscrição de restos a pagar sem disponibilidade de recursos para sua cobertura;	Implementado		
Exercício 2024 PROCESSO TCE-PE N° 25100579-3 Aplicar as medidas de ajuste fiscal constantes na CF, em razão da relação despesa corrente/receita corrente ter superado o limite de 95%	Implementado		
Exercício 2024 PROCESSO TCE-PE N° 25100579-3 Efetivar medidas para eliminação das falhas dos cálculos da DTP;	Implementado		
Exercício 2024 PROCESSO TCE-PE N° 25100579-3 Acompanhar a solidez do RPPS de modo que o regime ofereça tanto segurança	Implementado		



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

jurídica ao conjunto dos segurados do sistema, quanto garantia ao município, efetivando medidas para melhoria da situação previdenciária municipal			
Exercício 2024 PROCESSO TCE-PE N° 25100579-3 Adotar ações para o cumprimento da normatização referente à transparência municipal contida na Lei Complementar nº 101/2000 (LRF), na Lei Complementar nº 131/2009, nos Decretos Federais nº 7.185/2010 e 7.724/2012 e na Lei Federal nº 12.527/2011 (LAI);			
Exercício 2024 PROCESSO TCE-PE N° 25100579-3 Elaborar o Plano Municipal pela Primeira Infância - PMPI, em conformidade com a Lei Federal nº 13.257/2016 e a Lei Estadual nº 17.647/2022.			

LEGENDA:

Determinação/Recomendação: elencar, uma a uma, por processo, as determinações ou recomendações contidas nas deliberações (decisões ou acórdãos) emitidas pelo TCE/PE, nos três últimos anos, compreendendo o referente ao da prestação de contas e os dois anteriores.



**ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS**

Situação: informar se a determinação ou recomendação foi cumprida (implementada), implementada parcialmente ou não implementada.

Ações: informar as ações adotadas para implementação da determinação ou recomendação correspondente.

Justificativa: este campo deverá ser preenchido com os esclarecimentos julgados pertinentes em caso de não implementação ou implementação parcial da determinação ou recomendação correspondente.

